

- REQUERIMENTO** Número / (.^a)
- PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Ao longo de todo o mandato, o Governo de maioria PSD/CDS-PP cortou o número de funcionários consulares em perto de 500, reduziu-lhes o salário e diminuiu os meios técnicos e financeiros nos postos. Reduziu também brutalmente o número de técnicos e diplomatas ao serviço nas embaixadas e missões diplomáticas, atingindo a dignidade na nossa representação externa.

Ao mesmo tempo que a emigração para a Europa aumentou enormemente, muitos postos viram, paradoxalmente, os seus recursos humanos reduzidos para metade e o seu trabalho triplicar. Esta situação criou enormes dificuldades aos funcionários consulares, mas também aos portugueses que procuravam os postos, que assim passaram a ter de esperar em muitos casos mais de dois meses para obterem os seus documentos.

Em consequência da redução dos salários e, em alguns casos, da valorização das moedas locais, muitos funcionários dos quadros ou dos recém-contratados para os *call centers*, que se expandiram com custos acrescidos para o Estado, acabaram por se despedir por a remuneração ser insuficiente para fazer face ao custo de vida nos países onde exerciam funções.

Esta situação é particularmente flagrante na Suíça, que ainda por cima atingiu com uma particular dureza os funcionários consulares e os professores devido à valorização do franco suíço face ao euro em cerca de 20 por cento. De resto, foi também da Suíça que surgiram os casos sociais mais flagrantes, sem que o Governo se tenha preocupado em substituir o conselheiro social na embaixada em Berna, que retirou logo no início do seu mandato. Neste contexto torna-se absolutamente surpreendente que o Governo tenha nomeado, em regime de comissão de serviço por três anos, para adida técnica principal na área social na Embaixada de Portugal em Berna, uma deputada do PSD ainda em funções, como se pode comprovar pela respetiva publicação em Diário da República do passado dia 3 de Junho, pelo despacho nº 6285/2015 do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, com efeito a partir de 1 de Julho de 2015. Em termos salariais, esta categoria equivale, mais ou menos à de um diplomata, sendo que o valor não é revelado no despacho.

Esta nomeação surpreende por ser feita em final de mandato, por ser feita por um membro do Governo que é de Viseu e nomeia alguém eleito pelo mesmo círculo eleitoral, que ainda exerce

funções de deputada do PSD, mas também porque não se conhece à nomeada qualquer experiência no domínio diplomático ou consular ou no âmbito dos serviços sociais.

Surpreende também por ser contrária às linhas de orientação geral para a elaboração do programa eleitoral da maioria, onde, numa das “garantias” dadas, na “Consolidação dos princípios e valores do Estado de Direito”, se afirma que “não se transija perante a corrupção e o compadrio”.

Com efeito, a nomeação o referido cargo de uma deputada do PSD em exercício de funções é um facto estranho ao Estado de Direito, que deve sempre manter a isenção e defender como princípio central a igualdade de oportunidades no acesso à Administração Pública, o que neste caso não acontece. Mais do que isso, consubstancia o aproveitamento do Estado para favorecimentos de natureza partidária.

Neste sentido, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicito ao Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho os seguintes esclarecimentos:

- Considera o Governo ético nomear, em final de mandato, nas circunstâncias em que ocorreu, uma deputada ainda em exercício para desempenhar funções de conselheira social na Embaixada de Portugal em Berna?
- Porque razão passou o Governo um mandato inteiro sem nomear conselheiro social para a embaixada em Berna, não obstante os problemas sociais com a comunidade portuguesa até terem sido amplamente mediatizados, e o faz agora nestas circunstâncias particulares?
- Não considera o Governo que seria de maior utilidade dar prioridade à contratação de funcionários para os postos consulares na Suíça, que sofrem de uma enorme carência de recursos humanos, levando a um atendimento deficiente da comunidade portuguesa?

Palácio de São Bento, terça-feira, 30 de Junho de 2015

Deputado(a)s

PAULO PISCO(PS)